

COACE E A INTERSECCIONALIDADE DA PERMANÊNCIA: DEFICIÊNCIA, RAÇA E GÊNERO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

KEROLIN RODRIGUES GUADALUPE¹;

ELIZANDRA SILVA DA ROCHA²:

¹Universidade Federal de Pelotas – kerolinguadalupe@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – elizandrarocho.nai@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Coordenação de Acessibilidade (COACE), vinculada à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), é responsável por promover ações de conscientização, debates e formações voltadas aos servidores, estudantes e à comunidade em geral, atuando também na oferta de intérpretes, no apoio psicopedagógico e na disponibilização de recursos didáticos acessíveis, de modo a possibilitar avanços nos processos de aprendizagem e inclusão. Entre as ações desenvolvidas pela COACE estão as tutorias, destinadas a estudantes com deficiência que necessitam de acompanhamento para fortalecer sua permanência na universidade. Nesta atividade, o tutorado geralmente está matriculado no mesmo curso que o tutor, estudante com experiência acadêmica, que recebe bolsa para desempenhar essa função. A tutoria possui um caráter complementar ao suporte prestado pelos profissionais qualificados da Coordenação, oferecendo apoio adicional no acompanhamento das disciplinas, nos trabalhos acadêmicos, na socialização do estudante e nas dificuldades físicas de acesso aos *campuses*.

O presente trabalho baseia-se na percepção de uma estudante do 7º semestre do curso de bacharelado em Ciências Sociais, que também atua como tutora da COACE. Articulando sua formação acadêmica com a experiência como bolsista da Coordenação de Acessibilidade, este estudo busca refletir sobre a interseccionalidade das permanências promovidas pela Coordenação, com ênfase nos recortes sociais de raça, gênero e deficiência.

Para a realização da análise, será utilizado o conceito de interseccionalidade de Patrícia Hill Collins:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária -entre outras- são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS, 2021)

Tal ferramenta será empregada para analisar os efeitos da política da Coordenação de Acessibilidade na permanência de pessoas que, além de serem deficientes, também se inserem nos recortes sociais de raça e gênero, os quais, segundo COLLINS (2021), se interconectam e se sobrepõem de forma conjunta, interferindo diretamente nas experiências sociais e acadêmicas. Para ampliar a discussão, este trabalho dialoga com os escritos da antropóloga e ativista negra Lélia González e com as contribuições da antropóloga Debora Diniz no campo dos Estudos sobre Deficiência.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Na construção deste estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de interseccionalidade (COLLINS, 2021), deficiência (DINIZ, 2003) e da vivência da mulher negra sob a óptica proposta por Lélia Gonzalez em *Por um feminismo afro-latino-americano*. Essas leituras compõem o escopo teórico frequentemente aplicado em produções das áreas Ciências Humanas e serviram de base para o desenvolvimento da análise aqui proposta. A busca pelos referenciais foi realizada a partir das palavras-chaves “mulheres negras com deficiência”, utilizando-se da plataforma Google Acadêmico – escolha motivada pela escassez de trabalhos da área disponíveis na base Scielo. Além disso, a fim de aproximar a proposta do estudo da realidade empírica, também foram coletados dados secundários do Censo Demográfico de 2023 feito pelo IBGE que possibilitam observar quantitativamente questões como gênero, raça, deficiência no Brasil.

Tendo por objetivo demonstrar a COACE como um instrumento da interseccionalidade, este trabalho se volta principalmente a três públicos: estudantes que exercem a função de tutores, servidores vinculados à COACE e cientistas sociais em formação ou já graduados. Considerando este último porque a área ainda explora de forma insuficiente a realidade das pessoas deficientes, apesar do enorme potencial para contribuir com análises críticas e transformações sociais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diálogo com DINIZ (2003), este trabalho adota o termo “pessoas deficientes”, por compreender a deficiência como parte constitutiva da identidade, e não apenas como um elemento acessório da vida. Nesse sentido, entende-se por deficiência:

[...] toda e qualquer forma de desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade. Lesão, por sua vez, engloba doenças crônicas, desvios ou traumas que, na relação com o meio ambiente, implica em restrições de habilidades consideradas comuns às pessoas com mesma idade e sexo em cada sociedade (DINIZ, 2003).

A Coordenação de Acessibilidade (COACE) constitui o principal recurso da UFPel no que se refere ao acolhimento dessas pessoas. Entretanto, no exercício das tutorias, surgem atravessamentos sociais que extrapolam o campo da deficiência, uma vez que os relatos dos estudantes podem evidenciar experiências de violência e exclusão que não se limitam à falta de acessibilidade ou capacitismos. Nesse sentido, a contribuição de Lélia González em *Por um feminismo afro-latino-americano* é fundamental, pois ao discutir a articulação entre raça e gênero como eixo de uma tripla discriminação, permite ampliar o olhar para compreender que, ao incluir a deficiência como marcador social, mulheres negras deficientes se tornam alvo de múltiplas e sobrepostas formas de opressão.

A dimensão racial nos impõe uma inferiorização ainda maior, já que sofremos, como as outras mulheres, os efeitos da desigualdade sexual. Na verdade, ocupamos o polo oposto ao da dominação, representado pela

figura do homem branco e burguês. Por isso mesmo constituímos o setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira (GONZÁLEZ, 2020).

Essa constatação também se reflete nos dados do Censo Demográfico de 2023 (IBGE), segundo os quais a maioria das pessoas deficientes no país é do sexo feminino (8,1%). No recorte racial, destacam-se as autodeclarações de pretos (8,6%) e pardos (7,2%), que apresentam, respectivamente, a segunda e a terceira maiores taxas de analfabetismo, evidenciando desigualdades educacionais persistentes. No campo do ensino superior, COLLINS (2021) observa que, inicialmente, as universidades estadunidenses buscavam contemplar grupos de maneira isolada, criando programas voltados para afrodescendentes, latinos, mulheres, pessoas LGBTQIA+, ex-combatentes de guerra ou pessoas com deficiência. Com o tempo, tornou-se evidente que tal abordagem era limitada, já que grande parte das pessoas se encontrava em mais de uma dessas categorias. Diante disso, a interseccionalidade revelou-se uma ferramenta analítica fundamental para pensar estratégias mais eficazes de equidade nos campi (COLLINS; BILGE, 2021).

Essa reflexão ilustra como o conceito pode ser aplicado como ferramenta para lidar com questões sociais, ao demonstrar que, ao buscar justiça e igualdade entre diferentes grupos, é necessário reconhecer que múltiplas dimensões de identidade e desigualdade estão interligadas, permitindo compreender a complexidade das opressões e elaborar soluções mais abrangentes do que aquelas que tratam cada aspecto de forma separada. Assim, embora existam outras iniciativas da UFPel voltadas a distintos recortes sociais, a COACE se configura como um espaço que se inscreve o princípio da interseccionalidade.

Dos 375 estudantes acompanhados pela COACE, 54,66% são mulheres e 19,46% se declaram negros (pretos e pardos). Esses dados refletem a predominância feminina entre pessoas com deficiência apontada pelo IBGE, mas também revelam um contraste: embora a maioria da população deficiente brasileira se autodeclare negra, são poucos os que, com laudo, alcançam acompanhamento no ensino superior. Nesse sentido, a COACE atua como ferramenta interseccional importante para ampliar o acesso e a permanência de estudantes mulheres, deficientes e racializadas na universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, Brasília, v.28, p.1-8, jul. 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Panorama**. Brasil, 2023. Acessado em 18 ago. 2025. Online. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.